

da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº15.241, de 06 de dezembro de 2012 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 21100037.20.606.311.10594.03.44905200.2.4 8.58.1.40 – 14508. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza/Ce, 22 de novembro de 2021. SIGNATÁRIOS: FRANCISCO DE ASSIS DINIZ - Secretário do Desenvolvimento Agrário - CONTRATANTE e NESTOR GOES SILVA - Representante legal da Empresa - CONTRATADA.

José Erenarco da Silva
COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

**EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 104/2021**

CONTRATANTE: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.563/0001-68
CONTRATADA: Empresa **MALUTEC IFORMATICA EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ nº 17.635.299/0001-53. OBJETO: O presente Contrato tem como objeto o **fornecimento de 25 (vinte e cinco) notebooks**, conforme descritos no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2021-TCE/CE, que passa a integrar o presente Contrato independentemente de transcrição. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Nas determinações estabelecidas na Lei Federal nº 10.520/2002, nos Decretos Estaduais nºs 32.824/18 e nº 33.326/19, na Lei nº 8.666/93, e alterações, bem como nas Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014 FORO: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Fortaleza-CE, como o único capaz de dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja caso não sejam resolvidas administrativamente. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato. VALOR GLOBAL: R\$ 153.800,00 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos reais) pagos em Os pagamentos serão realizados até 20 (vinte) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente. A Nota Fiscal/Fatura deve ser emitida em nome da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará, CNPJ nº 07.954.563/0001-68. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 21100029.20.608.311.20296.03.449052.1.0000.0. (3016) PF:2100010012020C MAPP: 1. DATA DA ASSINATURA: Fortaleza/Ce, 01 de dezembro de 2021. SIGNATÁRIOS: DEMITRI NÓBREGA CRUZ Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da SDA e CARLA MAYRA CONTIERO LEGNARI Representante Legal da Contratada.

Jose Erenarco da Silva
COORDENADOR DA ASJUR

*** **

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº08804654/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº20210030**

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no artigo 43, VI, da Lei Federal 8666/93 e suas alterações; **HOMOLOGO** o procedimento licitatório acima, em face do parecer exarado pela Comissão de Licitação, devidamente designada e; **ADJUDICO** seu objeto nos termos, em favor das Licitantes a seguir, em conformidade com as especificações e quantitativos detalhados no termo de referência: **WR NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA**, estabelecida na Rod. Do Café nº 3101, Galpão “B”, Bairro Carlos Germano Naumann Colatina - ES. CEP: 29.705-200. Com CNPJ Nº 38.073.038/0001-67. Vencedora dos itens 1 (um) a 4 (quatro), com o valor total de R\$ 872.346,88 (oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos). Pelo presente, autorizo a lavratura do contrato e notifico o Licitante Adjudicado sobre o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a assinatura do mesmo. Fortaleza - CE, 01 de dezembro de 2021. Demitri Nóbrega Cruz Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna do Desenvolvimento Agrário. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, em Fortaleza/CE, 01 de dezembro de 2021.

Jose Erenarco da Silva
COORDENADOR DA ASJUR

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S.A.

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S.A. - CEASA CE
CNPJ Nº07.029.051/0001-95**

RELATÓRIO DA DIRETORIA - SENHORES ACIONISTAS, em atendimento aos dispositivos legais e estatutários, **temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras**, correspondentes ao exercício findo em 2020. A Diretoria.

**“BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores Expressos em Reais)”**

ATIVO		2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	Nota	4.844.348	4.709.069
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.803.428	1.441.354
Contas a receber	5	2.155.658	2.198.988
Estoques		213.819	189.539
Impostos a Recuperar	6	557.362	814.111
Despesas Antecipadas		58.242	-
Outros créditos		55.839	65.076
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.238.456	4.696.127
Investimentos	7	42.916	42.916
Imobilizado	8	6.195.540	4.653.211
TOTAL DO ATIVO		11.082.804	9.405.195
PASSIVO		2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	Nota	3.665.382	2.727.311
Fornecedores	9	1.310.461	950.134
Obrigações Fiscais	10	590.727	298.588
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11	242.725	219.001
Convênios	12	687.290	687.290
Consignações a Recolher		63.791	60.005
Adiantamento de Clientes		-	742
Provisões Cíveis e Trabalhistas		362.988	356.855
Dividendos a Pagar		407.400	154.695
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		1.724.060	1.742.637
Cauções		41.152	41.152
Provisão para Causas Cíveis e Trabalhistas	13	50.554	74.138
Empréstimo de Acionistas	14	1.610.772	1.610.772
Receitas Diferidas		21.455	16.575
Débitos a Identificar		127	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	5.693.362	4.935.248
Capital social		823.759	823.759
Reserva de Capital		465.806	465.806
Saldo à Disposição da Assembléia		758.114	464.085
Reserva Estatutária		40.533	40.533
Reserva Legal		164.751	164.751
Reserva para Expansão		3.194.164	2.730.078
Ajustes de Avaliação Patrimonial		246.236	246.236
TOTAL DO PASSIVO		11.082.804	9.405.195

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



“DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores Expressos em Reais)”

	NOTA	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	16	24.405.279	22.910.155
(-)CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(9.941.485)	(9.421.828)
(=) LUCRO BRUTO	17	14.463.795	13.488.327
(+/-) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(12.975.274)	(12.595.419)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	18	(13.059.308)	(12.445.257)
(-) Despesas Tributárias		(64.506)	(95.300)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais		148.540	(54.862)
(=)RESULTADO ANTES DAS REC./DESP.FINANC.		1.488.521	892.907
(-) Despesas Financeiras	19	(84.111)	(82.310)
(+) Receitas Financeiras	19	252.651	254.865
(=) LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.657.060	1.065.462
(-) Provisão da Contribuição Social	20	(173.735)	(124.592)
(-) Provisão do Imposto de Renda	20	(472.506)	(322.089)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.010.819	618.780
Quantidade de Ações no Exercício		823.759	823.759
LUCRO DO EXERCÍCIO, BÁSICO E DILUIDO, POR AÇÃO		1,22708	0,75117

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores Expressos em Reais)

	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
Outros Resultados Abrangentes	1.010.819	-
LUCRO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.010.819	618.780

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores Expressos em Reais)	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA P/ CONTINGÊNCIAS	RESERVA P/ EXPANSÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	823.759	465.806	164.751	40.533	56.815	2.877.826	246.236	(147.748)	-	4.577.978
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	618.780	-	618.780
Compensação de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	(147.748)	-	147.748	-	-
Transferência para Provisão	-	-	-	-	(56.815)	-	-	-	-	(56.815)
Proposta da Administração para Destinação do Resultado	-	-	-	-	-	-	-	(154.695)	-	(154.695)
Dividendos Mínimos Obrigatórios(nota 15(d))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da Reserva Legal(nota 15(b))	-	-	-	-	-	-	-	(464.086)	464.086	-
Saldo à Disposição da Assembleia	-	-	164.751	40.533	-	2.730.078	246.236	0	464.087	4.935.248
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	823.759	465.806	164.751	40.533	-	-	-	1.010.819	-	1.010.819
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compensação de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva p/ Expansão	-	-	-	-	-	464.086	-	-	(464.086)	-
Proposta da Administração para Destinação do Resultado	-	-	-	-	-	-	-	(252.705)	-	(252.705)
Dividendos Mínimos Obrigatórios(nota 15(d))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da Reserva Legal(nota 15(b))	-	-	-	-	-	-	-	(758.114)	758.114	-
Saldo à Disposição da Assembleia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	823.759	465.806	164.751	40.533	-	3.194.164	246.236	0	758.115	5.693.362

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

	2020	2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	1.010.819	618.780
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Depreciação e Amortização	462.223	480.451
Lucro Líquido Ajustado	1.473.042	1.099.231
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	43.329	(551.422)
Estoque	(24.280)	79.596
Outros Créditos	9.237	5.900
Impostos a Recuperar	256.749	(265.972)
Despesas Antecipadas	(58.242)	-
Aumento/(redução) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	360.327	(206.433)
Obrigações Fiscais	292.139	15.491
Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.723	3.867
Participações nos Lucros a Pagar	-	(1.955)
Convênios	-	(18.500)
Consignações a Recolher	3.786	9.356
Adiantamento de Clientes	(742)	742
Provisões Trabalhistas	(17.451)	(160.523)
Cauções	-	41.152
Débitos a Identificar	127	-
Receitas Diferidas	4.880	7.073
Caixa Líquido (aplicados)/Gerados pelas Atividades Operacionais	2.366.626	57.604
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Alienação de Bens do Imobilizado/Intangível	-	38.130
Aquisição de Bens do Imobilizado/Intangível	(2.004.552)	(418.205)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(2.004.552)	(380.075)
Caixa líquido ou Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamentos		
Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	362.074	(322.471)
Caixa no Início do Período	1.441.354	1.763.825
Caixa no Final do Período	1.803.428	1.441.354
Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	362.074	(322.471)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em Reais)

1. Informações gerais - Senhores Acionistas, Conselheiros e Diretores apresentamos as demonstrações contábeis da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA CE. relativo ao exercício de 2020, com observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76 e suas alterações. A CEASA/CE é responsável pela segurança alimentar e pelo abastecimento de todo o Estado do Ceará e parte dos estados do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Reforçando sua linha de atuação, desenvolve esforços na direção do pequeno produtor rural, com objetivo definido de melhorar sua renda e qualidade de vida. Além disso, participa ativamente da capacitação do produtor na atividade de comercialização de hortigranjeiros com ênfase na padronização, classificação e embalagens de produtos, estimulando ainda o seu agrupamento em associações.

2. Resumo das principais práticas contábeis - As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação - As demonstrações contábeis da Companhia e sua Controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulamentações previstas na Lei 8.666/93 (“Lei das S/A”). As práticas contábeis no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

• Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;

Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Esse fato também exige que a administração da empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das Demonstrações Contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Moeda funcional - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”) e estão sendo apresentadas em reais.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes permissionários e autorizados, através da celebração do Termo de Permissão Remunerada de Uso - TARU. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, consideramos no fim do exercício, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), que teve como base os títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias e os títulos com prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias dos clientes que possuíam títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, atendendo a determinação do CPC 48.

2.6. Estoques - Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para o consumo na operação e na administração da Sociedade.

2.7. Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar - As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributárias) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor esteve sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações é provável.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas Leis Tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base

nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.11. Reconhecimento da receita - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas - A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Provisões para riscos processuais - A Sociedade é parte em alguns processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa/Fundo Fixo	18.430	19
Bancos Conta Corrente	195.332	5.486
Bancos Conta Específica	-	1.427
Aplicações financeiras	884.507	723.863
Aplicações Financeiras Conta Específica	705.158	710.560
	1.803.428	1.441.354

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Os recursos constantes nas Contas Específicas são oriundas do Convênio celebrado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018 – SDA, para realizar ações de estruturação e manutenção física e tecnológica.

5. Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	4.796.135	4.243.058
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa -PCLD	(2.640.476)	(2.044.070)
	2.155.658	2.198.988
Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:		
Aging list	31/12/2020	31/12/2019
Títulos a vencer	1.580.595	1.259.614
Até 30 dias	46.163	339.570
De 31 a 60 dias	227.725	205.587
De 61 a 90 dias	158.546	159.034
De 91 a 180 dias	336.594	336.587
De 181 a 360 dias	457.412	453.152
Acima de 360 dias	1.564.221	977.760
Renegociações	424.878	511.753
	4.796.135	4.243.058

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes. O registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) teve como base os títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias e os títulos com prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias dos clientes que possuíam títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

6. Créditos tributários

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	253.029	479.560
Bancos - Retenções	300.922	331.159
INSS a recuperar	3.393	3.393
PIS a recuperar	18	-
	557.362	814.111

7. Investimentos - A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos Mantidos ao Custo	42.916	42.916
	42.916	42.916

Refere-se a investimento mantido na empresa OI S.A. A Sociedade não mantém influência significativa sobre este investimento, em função disso, mantém ao valor de custo.

8. Imobilizado

BENS EM OPERAÇÃO	31/12/2020		31/12/2019		
	VALOR	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO	TX. DEP. ANUAL A.A.
Terrenos	363.273		363.273	363.273	
Instalações	3.033.182	(2.003.401)	1.029.781	1.168.840	10%
Veículos	330.534	(328.504)	2.030	6.918	20%
Utensílios Copa e Cozinha	12.234	(6.167)	6.067	5.140	10%
Máquinas, equip. e ferramentas	252.730	(149.758)	102.971	102.814	10%
Móveis e utensílios	132.982	(79.326)	53.656	59.984	10%
Aparelhos de Telecomunicações	75.941	(71.504)	4.437	9.825	10%
Computadores e Periféricos	384.360	(356.395)	27.964	41.730	20%
Edificações	7.062.613	(4.409.102)	2.653.511	2.867.992	4%
Equipamentos e Sistema de Segurança	28.160	(4.291)	23.869	26.685	20%
Veículos aéreos não tripulados	-	-	-	10	20%
Obras em Andamento	1.927.981	-	1.927.981	-	
	13.603.989	(7.408.448)	6.195.540	4.653.211	

9. Fornecedores - Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo apresentava na rubrica o montante de R\$ 1.310.461,44 (dez/2019 R\$ 950.134).

10. Obrigações fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF a recolher	82.290	63.550
ISS a recolher	58.676	38.011
Pis e Cofins a recolher	161.817	141.436
Contribuições retidas	59.305	55.592
IRPJ e CSLL a recolher	228.639	-
	590.727	298.588

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
INSS a recolher	110.341	100.552
FGTS a recolher	34.856	32.114
INSS a recolher retenções	80.921	77.319
Remuneração Consad	3.330	3.330
Rescisões a Pagar	5.687	5.687
Pessoal Cedido a Pagar	7.591	
	242.725	219.001

12. Convênios - Os recursos constantes desta rubrica refere-se a obrigação relativa ao Convênio celebrado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018 – SDA, para realizar ações de estruturação e manutenção física e tecnológica.

13. Provisões Cíveis e Trabalhistas - A Sociedade é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões servem para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, e estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Sociedade estão provisionadas.

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	47.827	30.923
Trabalhistas	2.727	43.215
	50.554	74.138

A Sociedade possui ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R\$ 1.132.582,16.

14. Empréstimo de Acionista - Valor referente aportes realizados pelo acionista majoritário, Governo do Estado do Ceará, em específico no exercício de 2012, cujo saldo permanece deste esta data, totalizando o montante de R\$ 1.610.771,68.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social - O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 totaliza 823.759 ações, todas de classe única, nominativas. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

ACIONISTA	ON	TOTAL	%PARTICIP
Estado do Ceará	818.302	818.302	99%
BNDES	5.443	5.443	1%
Demais Acionistas Minoritários	14	14	0%
TOTAL	823.759	823.759	100%

(b) Reservas legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social integralizado e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Não foi constituída Reserva Legal neste exercício, pois o saldo da mesma já corresponde a 20% do Capital Social Integralizado.

(c) Saldo à Disposição da Assembléia - É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos no art. 30º do estatuto social da Companhia.

(d) Dividendos - Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

DESCRIÇÃO	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO APÓS DEDUÇÃO DO IR E CSLL	1.010.819	618.780
(-) COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS/ AJUSTES EXERC. ANT.	-	-
(=) BASE P/ RESERVA LEGAL	1.010.819	618.780
(-) CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	-
(=) LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.010.819	618.780
DIVIDENDOS A PAGAR 25% DO LLA	252.705	154.695

16. Receita líquida - A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de serviços	20.758.191	20.040.643
Recuperação de Despesas	5.231.705	4.456.696
Deduções da receita		
(-) Cofins sobre receita	(1.282.014)	(1.203.118)
(-) Pis sobre receita	(277.781)	(260.646)
(-) Descontos Incondicionais	(24.822)	(123.419)
	24.405.279	22.910.155

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Custo com pessoal	1.565.058	1.495.007
Serviços prestados	8.105.927	7.672.897
Custo com Materiais	127.570	100.605
Outros Custos	142.930	153.319
	9.941.485	9.421.828

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	6.317.933	5.521.853
Serviços prestados	5.503.370	5.996.628
Custo com Materiais	265.525	215.977
Depreciações	355.679	375.367
PCLD	596.406	297.926
Demais Despesas	20.394	37.505
	13.059.308	12.445.257

19. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Multas Contratuais	180.873	162.409
Rend. de aplicações financeiras	58.015	92.456
Outras receitas financeiras	13.763	
	252.651	254.865
Despesa financeiras		
Despesas Bancárias	82.571	74.488
Outras despesas financeiras	1.540	7.822
	84.111	82.310
	168.540	172.555

20. Impostos sobre a renda e contribuição social

IMPOSTOS CORRENTES	31/12/2020	31/12/2019
(-) Imposto de Renda	(472.506)	(322.089)
(-) Contribuição Social	(173.735)	(124.592)

DIRETORIA

Maximiliano Cesar P. Quintino de Medeiros
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 920.738.673-91
Eduardo Mauro Nogueira Bastos
DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO
CPF: 162.312.953-20

CONTADORA

Dalva Uchoa L. de Medeiros
CONTADORA -CRC/CE Nº 024371
CPF:231.350.263-53

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. – CEASA/CE, abaixo assinados, com a finalidade de cumprir as exigências contidas no Art. 163, Inciso VII, da Lei nº 6.404/76 e Inciso II do art. 14 do Estatuto Social da CEASA-CE, em reunião no dia 26 de fevereiro de 2021, tendo analisado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos ao período de 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2020, reconhecem e reafirmam a regularidade das demonstrações e aplicações apresentadas, advindas de recursos financeiros arrecadados, dando o parecer favorável e aprovando as contas do exercício de 2020. Maracanaú (CE), 26 de fevereiro de 2021.

Sonia Maria Leandro da Silva
PRESIDENTE
Artur José Vieira Bruno
MEMBRO
Danilo Gurgel Serpa
MEMBRO
Denise Moreira de Aguiar
MEMBRO
Lia Ferreira Gomes
MEMBRO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 11/2021

CONTRATANTE: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ (JUPEC) CONTRATADA: **LE – PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA** - CNPJ sob o nº 04.274.537/0001-09. OBJETO: **Contratação 55** (cinquenta e cinco) **vagas de estacionamento** no Centro de Eventos do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência – ANEXO I. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, estando também fundamentado no processo administrativo nº 10930424/2021, que declarou a Inexigibilidade da presente contratação, publicada no dia 12/11/2021 no Diário Oficial do Estado do Ceará, com corrigenda publicada no DOE de 19/11/2021 FORO: FORTALEZA - CEARÁ. VIGÊNCIA: 16/11/2021 A 15/11/2022. VALOR GLOBAL: R\$ 52.800,00 CINQUENTA E DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS pagos em 12 vezes de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 56200007.23.122.211.20830.15.33903900.2.70.00.1.20. DATA DA ASSINATURA: 16/11/2021 SIGNATÁRIOS: Carolina Price Evangelista Monteiro - JUPEC e Luiz Eduardo Barreira Cidrão, Marcelo Barreira Cidrão.

João Lucas Arcanjo Carneiro
PROCURADOR

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM S.A.

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 77/2021

CONTRATANTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP. CONTRATADA: **ALBERFLEX INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA**. OBJETO: **Aquisição de mobiliário com design específico**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art. 29, inciso II, da Lei Federal 13.303/2016, e suas alterações, os preceitos do direito privado, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: São Gonçalo de Amarante - CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 100 (cem) dias, contado a partir de sua celebração e prazo de execução do objeto contratual é de 90 (noventa) dias, contado a partir do recebimento da ordem de serviço. VALOR GLOBAL: R\$ 19.941,04 (dezenove mil, novecentos e quarenta e um reais e quatro centavos), pagos em conformidade a cláusula sexta do contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos de investimento da CIPP S/A. DATA DA ASSINATURA: 18 de novembro de 2021. SIGNATÁRIOS: George Lopes Braga, Cornelis Antonius Hulst e Ednaldo Xavier de Melo.

George Lopes Braga
VICE - PRESIDENTE FINANCEIRO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 81/2021

CONTRATANTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM – CIPP. CONTRATADA: **PROMOEXPO PROMOÇÃO E MONTAGEM DE EVENTOS LTDA**. OBJETO: Constitui objeto deste contrato a **participação do Complexo do Pecém** na feira da Expofruit 2021, nas datas de 24 a 26 de novembro, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o art.30, caput, da Lei Federal 13.303/2016, e suas alterações, os preceitos do direito privado, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIPP S/A e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: São Gonçalo de Amarante/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 30 (trinta) dias, contado a partir de sua celebração. O prazo de execução do objeto contratual é de 3 (três) dias, com as datas de 24 a 26 de novembro de 2021. VALOR GLOBAL: R\$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais) pagos em Conformidade a cláusula sexta do contrato original. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios de custeio da CIPP S/A. DATA DA ASSINATURA: 22 de novembro de 2021 SIGNATÁRIOS: Danilo Gurgel Serpa, George Lopes Braga e João Manoel Da Silveira Neto.

George Lopes Braga
VICE PRESIDENTE FINANCEIRO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº0708/2021-GAB - A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe conferem os incisos I e III, do Art. 93, da Constituição Estadual do Ceará de 1989, e alterações, com fundamento do disposto no Art.8º, da Lei 12.509/95, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, Lei 14.025/2007, Decreto Estadual 29.239/2008, resolve **instaurar a Tomada de Contas Especial** para o Termo de Responsabilidade 134/2012, cujo objeto é fortalecer o regime de colaboração entre Estado e Prefeituras para viabilizar o transporte dos alunos do Ensino

